

Por General da Reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva

Os socialistas condenam o Movimento Civil-Militar de 31 de Março de 1964, dizendo que teria sido imposto pelos EUA, e acusam os regimes militares por suposto conluio com países do Cone Sul na chamada Operação Condor[1]. No entanto, aceitam sua própria submissão a matrizes internacionais do socialismo revolucionário ou se calam quando o governo petista devolve refugiados cubanos à ditadura castrista, o ícone da liderança socialista tupiniquim.

Segundo a esquerda, os EUA planejaram e desencadearam o Movimento Civil-Militar de 31 de Março de 1964, sendo o cidadão brasileiro, as instituições nacionais e os soldados da Pátria meros coadjuvantes.

O envolvimento de um país na política interna de outro sempre existiu e os EUA como a URSS o faziam com seus serviços de inteligência e diplomacia. Os socialistas distorcem, segundo seus interesses, atividades normais existentes nas relações internacionais. Alguém é ingênuo de pensar que o Brasil não se envolva em assuntos de outros países? O que fizeram os governos de Lula e Dilma Rousseff, respectivamente, nas crises de Honduras (2009) e do Paraguai (2012).

Os EUA apoiavam financeiramente institutos, partidos e políticos anticomunistas brasileiros, temerosos da guinada à esquerda do cenário nacional. Acompanhavam a situação e, com a ameaça de uma guerra civil revolucionária, preparavam-se para apoiar os oponentes a Jango ou mesmo intervir militarmente. Não aceitariam passivamente a queda do Brasil na esfera da URSS, pois seria fatal para sua liderança continental ao arrastar toda a América do Sul para o socialismo.

A URSS também apoiava organizações ligadas ao movimento comunista internacional (MCI). O Partido Comunista Brasileiro (PCB) não era nacional, de fato, pois, desde sua fundação, fora um vassalo do Partido Comunista da URSS, seguindo suas ordens e diretrizes. As Ligas Camponesas e os Grupos dos Onze eram financiados por Moscou para a luta armada, caso a via pacífica - subversão e infiltração - não lograsse êxito. A KGB, órgão de inteligência da URSS, infiltrara-se nos ministérios, empresas estatais, Forças Armadas (FA), mídia, igreja e instituições científicas e educacionais.

As famosas cartas do embaixador Lincoln Gordon não indicam participação dos EUA na preparação nem na condução do Movimento de 31 de Março, mas sim que monitoravam a situação e pensavam na possibilidade de intervir. Em seu livro sobre o "31 de Março", Lincoln Gordon escreveu que "o autor do golpe contra Goulart foi o próprio Goulart. Se ele fosse mais habilidoso, teria pressionado por suas reformas dentro do âmbito constitucional, em vez de ceder à tentação de seguir os modelos de Getúlio Vargas e Perón".

A historiadora Phyllis Parker publicou o livro "1964: O Papel dos EUA no Golpe de Estado de 31 de Março", entrevistando os principais personagens do episódio e acessando correspondência secreta. Disse não ter encontrado provas da participação direta dos EUA, mas sim que apoiaram o seu desenlace, acompanharam a evolução dos acontecimentos e tinham um plano para o caso de uma guerra civil. Uma esquadra iniciara deslocamento dos EUA para o sul, no final de março de 1964, mas retornou do Caribe, após o rápido sucesso do Movimento (pg. 99 a 116). Foi melhor assim, pois se a esquadra desembarcasse tropas no Brasil, mudaria todo o contexto do conflito. A massa das FA reagiria contra a violação de nossa soberania e do sagrado solo da Pátria. Problemas brasileiros são resolvidos entre brasileiros! Lembro-me de meu pai ter dito, coloquialmente, várias vezes: "se os gringos desembarcassem no Brasil eu me aliava aos comunas e, depois de expulsar os gringos, voltaria a guerrear os comunas".

O livro "A KGB e a Desinformação Soviética" de Ladislav Bittman, do Serviço de Desinformação da Tchecoslováquia, afirma ser fictícia a "Operação Thomas Mann" para derrubar governos latino-americanos. Foi forjada pela KGB.

E o que dizer da tão propalada Operação Condor? Ora, assim como hoje existem a Conferência dos Exércitos Americanos e as Reuniões Bilaterais e Regionais para tratar de assuntos de pessoal, operações, ensino, logística, doutrina e inteligência (inclusive antiterrorismo), naqueles anos havia reuniões para tratar de assuntos militares, intercambiar informações, experiências e cooperar no combate à ameaça vermelha, evidenciada na luta armada que vingava no Cone Sul. E por que não? Era lógico que os governos agredidos se aliassem contra a guerra revolucionária de âmbito internacional para implantar ditaduras socialistas em toda a América do Sul.

No início dos anos 1960, a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) exportava a guerra revolucionária a partir de Cuba para todo o Continente. Além disso, como escreveu Hermógenes de Arce em "Terapias para Cerebros Lavados" (Cap. VII; p.277): En 1974, se fundó en París una Junta de Coordinación Revolucionaria integrada pelo Ejército de Libertación

Nacional de Bolívia, Ejército Revolucionario del Pueblo de Argentina, el Movimiento de Libertación Nacional Tupamaros de Uruguay y el Movimiento de Izquierda Revolucionaria de Chile (-) y junto com ellos luchará por fortalecer y acelerar el proceso de coordinación de la izquierda revolucionaria latinoamericana y mundial. A luta armada no Brasil também era dirigida e financiada pelas matrizes soviética e chinesa e seus combatentes preparados em cursos por elas e nelas organizados. Mas os socialistas nunca se revoltaram com essa Operação Condor Vermelha. Ué, essa podia?

É que eles são os mestres da falsidade e hipocrisia. Presunçosos e prepotentes, julgam-se com direito de agir de forma violenta e traiçoeira para implantar o regime socialista – a democracia do partido único: sem alternância do poder; sem propriedade privada; sem liberdade de expressão; com mercado e bens de produção controlados; e com a Nação servil ao partido, tal qual nos paraísos cubano, soviético e chinês.

[1] Suposta ação conjunta estabelecida pelos regimes militares do Cone Sul (da América do Sul) para combater a luta armada na região. A esquerda acusa esta iniciativa por diversas violações aos direitos humanos.